

## OS RECURSOS HIDROELÉTRICOS CENTRO-ASIÁTICOS: COOPERAÇÃO VS CONFLITO

### *THE CENTRAL ASIAN HYDROELECTRIC RESOURCES: COOPERATION VS CONFLICT*

**PAULO AFONSO BRANDO DUARTE<sup>1</sup>**

Universidade Técnica de Lisboa (UTL)

E-mail: duartebrando@gmail.com

#### **Resumo**

O presente artigo analisa alguns casos paradigmáticos da tensão entre conflito e cooperação, da cooperação limitada e das dificuldades em iniciar processos de cooperação na Ásia Central, designadamente em matéria de água e eletricidade, frequentemente geradores de rivalidades que impedem avanços significativos na integração regional.

**Palavras-chave:** Água e Eletricidade; Ásia Central; Cooperação e Conflito.

#### **Abstract**

*This article analyzes some paradigmatic cases of tension between conflict and cooperation, limited cooperation and difficulties in initiating processes of cooperation in Central Asia, particularly in terms of water and electricity, often generating rivalries that prevent significant advances in regional integration.*

**Keywords:** *Water and Electricity; Central Asia; Cooperation and Conflict.*

---

<sup>1</sup> Paulo Duarte é doutorando em Relações Internacionais no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa – ISCSP-UTL, Portugal.

## Introdução

O presente artigo analisa alguns casos paradigmáticos da tensão entre conflito e cooperação, da cooperação limitada e das dificuldades em iniciar processos de cooperação na Ásia Central, designadamente em matéria de água e eletricidade. O argumento central é o de que os recursos hidroelétricos são frequentemente geradores de rivalidades que impedem avanços significativos na integração regional centro-asiática. Na verdade, os países centro-asiáticos são, como se explicará, interdependentes em termos de infraestrutura herdada da era soviética, pelo que se compreende que qualquer conflito ou rivalidade entre Estados vizinhos em matéria de recursos hidroelétricos gere consequências ao nível da integração regional. Note-se, como adiante se explicará, que quem controla os recursos hídricos, dispõe de capacidade de produção hidroelétrica, sendo esta, outra fonte, por excelência, de fricção na região, a qual tem sido palco de ‘desvios’ e furtos de eletricidade, pois as redes elétricas são, em geral, interdependentes, o que tem gerado, na prática, problemas graves ao nível do aprovisionamento elétrico.

As práticas da segurança internacional têm subjacentes jogos de cooperação e conflito ou, por outras palavras, jogos competitivos e jogos cooperativos. Welch e Wilkinson (1999) afirmam que o conflito e a cooperação coexistem em situações de interdependência e, daí, ser importante compreender por que é que os conflitos se desenvolvem. Estar vivo é “estar em conflito” (TJOSVOLD e JOHNSON, 1989: 1). Os conflitos são “situações naturais em qualquer tipo de relação” (TJOSVOLD e JOHNSON, 1989: 1). Definido em termos mais amplos, o termo conflito denota “a incompatibilidade de ideias” (DIEZ *et al*, 2006: 565). Esta definição deixa em aberto a natureza exata destas incompatibilidades, isto é, “até que ponto elas se verificam entre indivíduos, grupos ou posições sociais”; até que ponto residem em “interesses e crenças diferentes”; e em que medida possuem “uma existência material” ou “ganham existência apenas através do discurso” (PIA e DIEZ, 2007: 2). Deutsch (1973) apresenta algumas variáveis que afetam o curso do conflito, entre as quais: as características das partes envolvidas neste e a história do seu relacionamento e a natureza da questão que dá origem ao conflito. Outra característica do conflito reside no fato de este gerar mudança. A estabilidade do sistema é colocada sob turbulência, a qual se mantém até um novo equilíbrio ser alcançado (STERN e GORMAN, 1969).

Os Estados e os indivíduos não têm, necessariamente, de perseguir uma lógica de conflito, na medida em que podem optar pela cooperação. Por cooperação, entenda-se qualquer forma de interação social entre atores que lhes permite alcançar, de forma voluntária, um conjunto de objetivos comuns através da partilha de certos recursos (HERBERT, 1996). Mas, embora a cooperação seja “um conceito dotado de uma carga positiva”, ela não pressupõe, necessariamente, “uma relação harmoniosa, desprovida de conflitos” (SIITONEN, 1990: 7). Ao invés, a cooperação pode envolver lutas de poder ocultas entre os parceiros e/ou um modo de dominação de um ator sobre outro. Isto está relacionado com “o contexto social da cooperação”, e, portanto, com “as nossas ideias de sistemas sociais enquanto contextos de cooperação e conflito” (SIITONEN, 1990: 7). O que é que caracteriza, então, a cooperação internacional? A cooperação internacional designa “todos os ‘empreendimentos’ que permitem aos atores internacionais alcançarem objetivos definidos em conjunto, através da partilha de recursos” (TOUSCOZ, 1981: 17). Menos que integração, contudo, mais que esforços comuns esporádicos, “a cooperação internacional visa o estabelecimento de relações entre atores soberanos dispostos a compartilhar alguns valores” (SIITONEN, 1990: 7).

A cooperação securitária é, em geral, percebida como “a colaboração entre partes em conflito”; esta é “a razão pela qual as alianças são, com frequência, tratadas como entidades *sui generis*” (MULLER, 2002: 370). Esta distinção, no entanto, não é totalmente convincente. Se as relações internacionais são marcadas pela anarquia, na qual o conflito é possível, então “as alianças tendem a ser problemáticas” (MULLER, 2002: 370). Por outro lado, se a cooperação temporária, realizada para afastar qualquer ameaça iminente, encoraja demasiado um dos parceiros, “a cooperação pode traduzir-se em menos segurança do que em mais, e numa perda de soberania, no pior dos casos” (MULLER, 2002: 370).

Em alternativa à observação participante e não participante, técnicas de difícil aplicação ao presente objeto de estudo, recorreu-se à entrevista semiestruturada. A propósito desta, “o entrevistador conhece todos os temas sobre os quais tem de obter reações por parte do inquirido, mas a ordem e a forma como os irá introduzir são deixadas ao seu critério” (GHIGLIONE, 2001: 64). Contudo, alguns dos entrevistados na Ásia Central solicitaram o anonimato ou, em alguns casos, pediram para serem citados como especialistas locais. Eles serão nomeados ao longo do presente artigo da seguinte forma: Especialista I, Especialista II, e por aí adiante.

Acreditamos que a entrevista semiestruturada é o método que melhor se adequa ao problema de pesquisa na medida em que ela privilegia o conhecimento local, isto é, o saber baseado na experiência no terreno, por parte de indivíduos que residem na área ou áreas sobre as quais se debruça a presente investigação. Optou-se por recorrer a especialistas de organizações não governamentais que operam no terreno, bem como a funcionários de Embaixadas de países terceiros nas Repúblicas centro-asiáticas, entre outros. Em outros casos, os entrevistados eram da nacionalidade da República centro-asiática em questão. Pensamos assim que esta amálgama de entrevistados é suscetível de oferecer um ponto de vista diversificado sobre a temática a analisar. Além disso, o contraste entre a entrevista a funcionários de Embaixadas *vs* a entrevista a habitantes locais proporciona, por um lado, um olhar de terceiros, isto é de pessoas externas à região, acerca da mesma, juntamente com um olhar dos próprios centro-asiáticos sobre a realidade geográfica, cultural, econômica, política e social onde residem.

### A questão hídrica na cena regional

“A questão da água [na Ásia Central] é como uma bomba; se lhe tocamos, não sobrevivemos” (MELIS, 2012).

A água é um recurso fundamental, “muitas vezes utilizado de forma simbólica, para promover a identidade nacional, ou para fins ideológicos, sociais e políticos”, na Ásia Central, outrora conhecida nos clássicos gregos como a Transoxiana, que significa, literalmente, “a terra do outro lado do Rio Oxus” (hoje denominado de Amu Darya) (DICKENS, 1990: 2). A problemática associada à água tem dirigido o olhar da comunidade internacional para a região, pouco depois das declarações de independência das cinco Repúblicas centro-asiáticas (RUDAZ, 2013). A Ásia Central viria a converter-se num importante núcleo de produção de algodão (KHAN, 2009). A agricultura de regadio ainda exerce “um peso preponderante na maior parte das economias dos países *downstream*” (ALLOUCHE, 2005: 45). O Turquemenistão e, em especial, o Uzbequistão, dependem consideravelmente da produção de algodão (MACDONALD, 2012).

A gestão da água, na Ásia Central, tem-se revelado uma fonte substancial de inimizade entre os Estados da região, em especial, entre o Quirguistão e o Tajiquistão, por um lado, e o Uzbequistão, por outro (KHAMZAYEVA, 2009). É uma situação complexa, fustigada por *RICRI Vol. 1, No. 2, pp. 76-101*

tensões intra e interestatais em torno do regime de distribuição de água, e um enorme aumento na utilização da água, bem como no seu desperdício, baixos níveis de água nas centrais hidroelétricas, um ecossistema hídrico em deterioração (YULDASHEVA *et al*, 2010; MUCKENHUBER, 2013). Voltando a Khamzayeva (2009: 10), “a questão em causa é como resolver os problemas complexos de gestão coletiva” (desafios ligados ao meio-ambiente e ao setor agrícola), desenvolvendo, ao mesmo tempo, “políticas hídricas nacionais”. Até ao presente, os Estados regionais têm conseguido evitar as hostilidades militares, apesar das relações permanecerem, contudo, tensas (COMMITTEE ON FOREIGN RELATIONS, 2011). Uma gestão regional eficaz dos recursos hídricos requer um compromisso substancial, por parte das Repúblicas centro-asiáticas, com vista à elaboração de um pacto coerente, suscetível de governar a utilização de tais recursos (UN-WATER ANALYTICAL BRIEF, 2013; SANDFORD, 2012; WOLF *et al.*, 2005).

A cooperação tem sido dificultada pela perceção que os Estados regionais têm dos recursos hídricos enquanto “jogo de soma nula”, no qual “o ganho de uns é alcançado à custa da perda de outros” (MOSELLO, 2008: 156). Esta dinâmica, por sua vez, é determinada por três fatores principais, a saber: “o contexto político (a independência das cinco Repúblicas centro-asiáticas e a sua frágil liderança ao nível governamental); o contexto social (tensões entre diferentes grupos étnicos); e o contexto económico (economia política orientada para a autossuficiência, e tensões entre os setores agrícola e energético na região)” (MOSELLO, 2008: 156). Por conseguinte, os Estados têm mostrado propensão para ‘securitizar’ as temáticas relacionadas com a água, elevando-as, assim, ao estatuto de assuntos de segurança nacional (BUZAN, 1998; CHELLANEY, 2011).

O fim da União Soviética, em 1991, “trouxe, consigo, o colapso da gestão coletiva da água e da identidade soviética, originando uma lacuna na concetualização da comunidade cultural e do património” (TSKHAY e WHITE, 2012: 1). Além disso, “a dissolução da União Soviética e do [seu] sistema administrativo, despoletou divergências várias a respeito do controlo da água, entre as Repúblicas centro-asiáticas” (TSKHAY e WHITE, 2012: 5). Com efeito, importa recordar que à data da independência das Repúblicas centro-asiáticas, a ligação entre os sistemas regionais de gestão da água era de tal modo intensa que as novas fronteiras e realidades políticas não se mostravam capazes de superar os vínculos do passado (WEINTHAL, 2006; GRANIT *et al*, 2010). Segundo Christian Melis (2012), especialista da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa em questões

energéticas e hídricas na região, “os Estados *upstream*”, (Tajiquistão e Quirguistão) libertavam água “num chamado molde agrícola”, ou seja, “durante o verão, a água era descarregada, para fins agrícolas, nos Estados *downstream*”; enquanto no inverno, por sua vez, era tempo de “voltar a encher os reservatórios”. Em contrapartida, “os países *downstream* forneciam eletricidade e petróleo aos países *upstream*”, de modo que havia uma “troca mútua”, onde as “necessidades [de todos] eram supridas” (MELLIS, 2012). Porém, com o colapso da União Soviética, o *modus operandi* foi alterado. Com efeito, atualmente, o “molde energético” tem vindo a sobrepor-se ao anterior “molde agrícola”, o que pressupõe “a libertação de água durante o inverno, com vista à produção de eletricidade, e o reenchimento (das barragens) durante o verão” (MELLIS, 2012).

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico da União Soviética gerou uma profunda degradação ambiental, fenômeno geralmente conhecido como “Síndrome do Mar de Aral” (KLOTZLI, 1997; BRAUCH *et al*, 2009). A gravíssima redução da área e volume do Mar de Aral é, de fato, o símbolo mais evidente da negligência soviética no que concerne à gestão dos recursos hídricos na região, embora vários especialistas soviéticos considerassem o Mar de Aral “um erro da Natureza” (SHENKER, 2010; ALLOUCHE: 2005; ATANIYAZOVA, 2003). Na prática, “desde a década de 60” - quando a União Soviética decidiu desviar (grande parte do caudal) dos dois principais rios da região, o Amu Darya e o Syr Darya, para fins de irrigação - que “o Mar de Aral tem vindo a perder volume” (GRAY, 2012: 3). O Mar de Aral é “o exemplo de uma gestão (dos recursos hídricos) muito mal-sucedida” (GRANIT *et al*, 2010: 6). O período soviético, marcado por uma intensa produção de algodão, havia, com efeito, sido displicente face ao meio-ambiente, conduzindo a uma redução significativa do volume do mar (LE MONDE DIPLOMATIQUE, 2000). A este respeito, em 2007, especialistas como Philip Micklin (2007: 47) davam conta de “um decréscimo de 23 metros no nível do Mar de Aral” e de uma “redução de 74%” na sua área. Acrescente-se, igualmente, o fato de a sua salinidade ter aumentado “de 10g/l para mais de 100g/l”, o que desencadeou alterações ecológicas profundamente negativas, tais como “a dizimação das espécies marinhas”, o início de “tempestades de pó e sal”, e “mudanças climáticas em redor da antiga costa” (MICKLIN, 2007: 47). A utilização de grandes quantidades de pesticidas, para fins agrícolas, acabou por contaminar o Mar de Aral (GRANIT *et al*, 2010). Este desastre é, na verdade, considerado “uma das maiores catástrofes ecológicas do século passado, tendo levado escritores como Tulepbergen *RICRI Vol. 1, No. 2, pp. 76-101*

Kaibergenov a compará-lo à tragédia de Chernobyl” (ALLOUCHE, 2005: 143). Oleg Egorov (2011), especialista cazaque, realça a importância da questão ecológica, afirmando que “a região tem sido prejudicada pelo desmazelo de várias companhias energéticas que operam na Ásia Central”, as quais “ignoram por completo as leis locais, poluindo seriamente a área”.

No entanto, o problema da água, na Ásia Central, não se confina ao estado do Mar de Aral, mas concerne a gestão de toda a bacia (PEACHEY, 2004). Embora, no caso do Cazaquistão, por exemplo, o Governo se esforce por “resolver” ou, pelo menos, “mitigar o problema ambiental”, na prática, Oleg Egorov (2011) considera que “não se têm registado mudanças significativas” a este respeito. O especialista explica que apesar do Governo cazaque procurar criar alguns impostos para que as companhias energéticas não prejudiquem o meio-ambiente, “o problema é que (para tais empresas) é mais vantajoso, do ponto de vista económico, continuar a poluir”. Por outro lado, note-se que “estas companhias não reciclam o lixo que produzem” (EGOROV, 2011).

A crise de água na Ásia Central deve-se, fundamentalmente, “ao modo como esta tem sido alocada e gerida”, sendo que “não se trata de uma crise de quantidade, mas de distribuição” (ALLOUCHE, 2005: 45). Efetivamente, em termos gerais, a região é dotada de um vasto potencial de recursos hídricos. O Cazaquistão, por exemplo, alega possuir “mais de 85 000 rios e riachos”, sendo que 56% do caudal destes tem origem no próprio território cazaque” (SIEVERS, 2002: 363).

O problema essencial, como referido acima, reside no desequilíbrio subjacente à distribuição dos recursos hídricos. No momento da independência, os Estados *downstream* captaram 82% da água (o Uzbequistão retirou 52%, o Turquemenistão 20% e o Cazaquistão 10%) (ALLOUCHE, 2005). Ao invés, o total de água captada pelos Estados *upstream* (Afeganistão, Quirguistão e Tajiquistão) era de apenas 17% (ALLOUCHE, 2005). Embora as Repúblicas centro-asiáticas tenham assinado, entre outros, “o Acordo de Almaty de 1992” (hoje desatualizado e, portanto, “dotado de uma eficácia limitada”), e decidido “manter as quotas de alocação de água da era soviética” (para salvaguardar a produção de algodão nos Estados *downstream*), na prática, os países da região possuem, cada um, “as suas próprias políticas hídricas” (IZQUIERDO *et al*, 2010: 7). Como refere Chait (2010), “a divergência de interesses nacionais fez esmorecer a vontade política de priorizar os

objetivos regionais”, sendo que “a falta de consenso em torno de um acordo mutuamente benéfico não tem permitido uma cooperação eficaz”. Os países *downstream* são favoráveis à manutenção das antigas quotas soviéticas de alocação de água, enquanto o Quirguistão e o Tajiquistão reivindicam o pagamento pela água que fornecem aos Estados *downstream* (SEVERSKIY, 2004; UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL COMMISSION FOR ASIA AND THE PACIFIC, 2013).

### A gestão soviética dos recursos hídricos e a transição pós-soviética

Como constata um especialista local que solicitou o anonimato, a “política energética, na Ásia Central, é interessante do ponto de vista interno, externo, e, também, histórico”, visto que, outrora, a economia planificada possibilitava “a coexistência de um ciclo de água e de eletricidade interligados” (ESPECIALISTA II, 2012). De fato, “o sistema soviético de gestão de recursos hídricos mantinha as Repúblicas centro-asiáticas profundamente integradas”, estabelecendo um “equilíbrio regional”, ao ligar os glaciares das montanhas do Tajiquistão e do Quirguistão às terras áridas do Cazaquistão, Uzbequistão e Turquemenistão, ricos em gás natural, petróleo e carvão (KHAMZAYEVA, 2009: 11). Ainda segundo Khamzayeva (2009: 11), “os especialistas soviéticos construíram 33 000 Km de canais, 45 barragens e mais de 80 reservatórios na região”, com engenharia elaborada. Como refere Wines (2002), a terra de areia e poeira foi, aos poucos, transformada numa das maiores regiões produtoras de algodão do mundo. Os reservatórios dos dois principais rios – o Syr-Darya e o Amu-Darya – eram preenchidos no outono e inverno para que existisse uma quantidade suficiente de água disponível para a irrigação dos Estados *downstream*, na primavera e no verão (KARAEV, 2005).

Durante a era soviética, “os recursos hídricos eram propriedade exclusiva do Estado, e, por conseguinte, disponibilizados de forma gratuita” (GRANIT et al, 2010: 10). Durante o período soviético, os Estados *downstream* pagavam aos Estados *upstream* - para que libertassem, no verão, a água armazenada durante o inverno - através de gás natural e carvão, para que estes produzissem eletricidade durante os meses frios de inverno (HODGSON, 2010). Sob o domínio soviético, “a natureza era percebida como algo a ser dirigido pela engenharia elaborada”, sendo que “a Ásia Central era tratada como uma área econômica, e o seu desenvolvimento planejado em conformidade” (INTERNATIONAL

CRISIS GROUP, 2002: 6). Por sua vez, “a gestão da água estava focalizada na concretização dos objetivos globais de produção, contidos no plano de desenvolvimento econômico regional” (HODGSON, 2010: 2). Moscovo despendera bilhões de rublos na “construção de barragens, reservatórios, canais e outras estruturas hídricas” em toda a Ásia Central, para aumentar a área de terra irrigada, sem, contudo, se preocupar (demasiado) com os prejuízos ambientais daí resultantes (HODGSON, 2010: 2). Não obstante, apesar da desconsideração pelo ambiente, “o sistema funcionava dentro da sua própria lógica” (MOSELLO, 2008: 156). As quotas de alocação de água - definidas e supervisionadas por Moscovo - favoreciam os Estados *downstream*, produtores de algodão (o Turquemenistão, o Cazaquistão e o Uzbequistão), em detrimento dos países menos desenvolvidos (Tajiquistão e Quirguistão), os quais possuíam reservas limitadas de carvão e apresentavam maior propensão para desenvolver o seu potencial hidroelétrico (VOTRIN, 2003).

A questão da água tem, cada vez mais, sido percebida pelos países da região como “um jogo de soma nula” (KARAEV, 2005: 65). Acrescente-se que os Estados regionais se encontram divididos quanto ao fato de a água ser um ‘bem público’ ou uma ‘mercadoria’ (D’ALMEIDA, 2004; GLOBAL WATER FORUM, 2010; EUROPEAN PARLIAMENT, 2013). No seio deste debate, os Estados *upstream* têm defendido que “a água deve ser tratada como uma mercadoria, e paga pelos Estados *downstream* (pelo menos no que concerne aos custos de manutenção e de operação das barragens e turbinas)” (LIN, 2007). Por sua vez, “os Estados *downstream* têm argumentado que os rios internacionais devem ser entendidos como um bem comum, partilhado por todos os países da região” (IZQUIERDO *et al*, 2010: 11). Procedamos, agora, a uma breve descrição das características hidrológicas da região.

## Os interesses dos Estados da região face aos recursos hidroelétricos

### *Os interesses do Quirguistão*

Como refere um especialista local que solicitou o anonimato, “a rede elétrica, no Quirguistão, não foi projetada para ser uma rede elétrica independente” (Especialista II, 2012). Roman Mogilevski (2012) acrescenta que embora o país produza “muita eletricidade”, o sistema soviético, pressupunha que esta era transportada “através do Uzbequistão e Cazaquistão para o norte do Quirguistão”. Em Bishkek, existe uma pequena

central elétrica que contribui para mitigar, ainda que parcialmente, a dependência do Quirguistão face à rede elétrica dos Estados vizinhos, embora haja outras regiões do Quirguistão que dependem da eletricidade produzida na zona sul do país (SULTANOV, 2012). Neste sentido, Kenneth Sturrock<sup>2</sup> (2012) explica que atualmente “o Governo quirguiz tem procurado alcançar uma independência energética”, e inclusive, tornar o país “um exportador de energia”, ainda que muitos dos seus projetos sejam “difíceis de concretizar”. Por exemplo, mesmo construindo Kambarata-1, o especialista não acredita “tal venha a ajudar os quirguizes a nível doméstico, porque estes necessitam de eletricidade no inverno” (STURROCK, 2012). Aliás, também Roman Mogilevski (2012) reconhece perfeitamente que “o Quirguistão é muito dependente de eletricidade enquanto principal fonte de aquecimento e de satisfação das necessidades energéticas dos consumidores, entre os quais as empresas”.

Por ora, o grande problema energético/logístico com que o Quirguistão se depara diz, fundamentalmente, respeito “à transmissão e distribuição de eletricidade no país”, e ao fato de “a sua capacidade de produzir eletricidade não satisfazer a procura doméstica” (STURROCK, 2012). Por outro lado, nota-se que “embora a manutenção das barragens e centrais hidroelétricas não constitua nenhuma fonte de encargo considerável, as infraestruturas existentes permanecem, na prática, reféns de uma fraca gestão” (STURROCK, 2012). Além disso, “o sistema energético não é, sequer, suscetível de controlar a eletricidade produzida”, sendo que Kenneth Sturrock (2012) estima que “um em cada dois Kilowatt produzidos, é ‘furtado’”. Joellyn Murphy (2012), por sua vez, sublinha que devido à existência de “vários esquemas corruptos” no país, o setor da eletricidade tem registado “perdas na ordem dos 40%”, estimando-se que, até ao presente, “pelo menos 100 milhões de dólares” tenham sido desviados em “benefício pessoal de alguns”. No entanto, a especialista refere que se tem verificado “uma manipulação dos números”, para que tais perdas passem “relativamente despercebidas” (MURPHY, 2012). As empresas encarregadas da transmissão da eletricidade, a nível doméstico, não possuem “sistemas modernos de medição e de contabilidade”, fruto do “legado da era soviética”, onde não havia “práticas ou hábitos de cobrança”, visto que “a eletricidade era considerada um bem público” (STURROCK, 2012). Para Kenneth Sturrock (2012), “a palavra ‘furtado’ deve ser

---

<sup>2</sup> Kenneth Sturrock é um representante da USAID em Bishkek.  
*RICRI Vol. 1, No. 2, pp. 76-101*

entendida *latu sensu*, no sentido em que uma parte da eletricidade é furtada, outra é perdida, outra é desviada”. Os responsáveis que, na opinião deste especialista, deveriam preocupar-se com estas questões, não o fazem (STURROCK, 2012). E depois, segundo Joellyn Murphy (2012), “tudo e todos estão interligados”, de tal modo que “é impossível mexer numa ‘peça do dominó’, sem fazer cair as outras”, ou seja, “se, por exemplo, o Cazaquistão se retirar da rede elétrica devido ao facto de o Uzbequistão não pagar a eletricidade que ‘furta’ ao Cazaquistão, o Quirguistão sai prejudicado, pois não pode exportar toda a eletricidade que produz”. É muito complexo reunir todos os atores para se tomar medidas abrangentes. Não há, realmente, uma vontade comum. (GULETTE<sup>3</sup>, 2012).

Existem, também, polémicas envolvendo custos. Cerca de metade da eletricidade não é paga, e, mesmo a que é paga, é altamente subsidiada, sendo que os responsáveis políticos quirguizes se têm mostrado muito reticentes em aumentar o preço desta (STURROCK, 2012). Como refere um especialista local (que solicitou o anonimato), “os ‘apagões’ são um grande problema durante o inverno” (ESPECIALISTA II, 2012). No verão, “a produção de eletricidade é abundante, fruto do derretimento dos glaciares” (ESPECIALISTA II, 2012). As barragens atingem a capacidade máxima (ESPECIALISTA II, 2012). No inverno, contudo, a eletricidade escasseia. Tal tem se sucedido desde há, pelo menos, 12 anos. Embora os ‘apagões’ sejam “um problema para a população”, eles “não são, porém, suficientemente fortes para derrubar o Governo, apenas para causar protestos e frustração” (ESPECIALISTA II, 2012). Por outro lado, a escassez de eletricidade, faz disparar os preços dos alimentos. Um pouco por todo o país, as linhas elétricas estão a ganhar ferrugem, a infraestrutura está em decadência (ABSAMETOVA, 2012). Para Joellyn Murphy (2012), “as Repúblicas centro-asiáticas são hoje confrontadas com todos estes problemas porque não prestaram atenção às reformas que deveriam ter sido feitas (e ainda continuam no papel), não investiram no tipo de recursos que lhes teria permitido evitar estes inconvenientes”. A eletricidade é uma fonte extraordinária de receita.

Em 2008, verificaram-se enormes apagões no Quirguistão, chegando a faltar a eletricidade, em Bishkek, durante 12 horas por dia (FREEDOM HOUSE, 2009). O que sucedeu em 2008 foi que o Uzbequistão e o Cazaquistão necessitaram de eletricidade extra para satisfazer as suas necessidades energéticas, e, portanto, propuseram comprar eletricidade ao Quirguistão

---

<sup>3</sup> Investigador da University of Central Asia, Bishkek.

a preços de mercado (GLOBAL ENVISION, 2008). Os quirguizes não estavam a pagar preços de mercado pela eletricidade que consumiam, de modo que o Presidente quirguiz (que em 2008 era Bakiyev) decidiu vender a eletricidade aos países vizinhos, com base num raciocínio que, para Kenneth Sturrock (2012), terá sido do género: “posso apoderar-me de uma parte deste dinheiro, e o resto vai para o sistema, o que sempre é mais interessante do que vender [a eletricidade] ao povo quirguiz [que não pode pagar tanto como os países vizinhos]”. Note-se, portanto, que Bakiyev teve a possibilidade de escolher entre “manter as ‘luzes acesas’ no país”, ou de “exportar eletricidade, gerando lucros consideráveis”, tendo optado pela exportação desta, em detrimento, por conseguinte, dos interesses da população quirguize (STURROCK, 2012). A agravar esta situação, mencione-se o fato de nesse ano de 2008 se ter verificado “um menor derretimento de gelo no Quirguistão”, de modo que “as barragens não possuíam tanta água, contrariamente a anos anteriores”, e por conseguinte, “a eletricidade produzida também era menor” (STURROCK, 2012).

Kenneth Sturrock chama a atenção para o fato de, atualmente, o Uzbequistão ser confrontado com uma situação semelhante à que ocorrera, em 2008, no Quirguistão. A este respeito, o especialista explica que os Estados Unidos estão a pagar eletricidade “a preços de mercado” - portanto, a um preço superior ao que os cidadãos uzbeques pagam - para “manter as luzes acesas” em Cabul (STURROCK, 2012). Uma parte da eletricidade consumida nesta cidade é gerada localmente sendo que a restante provém do Uzbequistão, o qual fornece, com efeito, bastante eletricidade ao Afeganistão (IEEE GLOBAL HYSTORY NETWORK, 2012). Dito isto, o Uzbequistão está a exportar a sua eletricidade para o Afeganistão, o que origina, por sua vez, escassez energética para os uzbeques (EURASIANET, 2007). O Uzbequistão importa eletricidade, através da antiga rede elétrica soviética, ao Cazaquistão (RFE/RADIO LIBERTY, 2009). Porém, os cazaques estão conscientes de que “uma parte da eletricidade é desviada pelos uzbeques, embora não saibam exatamente quanto, ou através de que circuitos, visto que o sistema de controlo do fluxo de eletricidade não é eficaz” (STURROCK, 2012). Por conseguinte, caso os cazaques decidam abandonar a antiga rede elétrica soviética, algo que eles podem fazer porque dispõem de suficiente produção doméstica, baseada em petróleo e gás natural, então o Quirguistão seria negativamente afetado, na medida em que depende da eletricidade que lhe chega do exterior porque não dispõe de eletricidade suficiente durante o inverno, e também

depende da rede elétrica uzbeque para transportar eletricidade de uma parte a outra do território quirguiz (SULTANOV, 2012).

Joellyn Murphy (2012) avalia em “nove milhões de dólares, uma pura extorsão”, no entendimento desta especialista, o que os quirguizes pagam ao Uzbequistão anualmente, com o objetivo de transportar eletricidade de uma parte do Quirguistão para outra, utilizando as linhas de alta tensão uzbeques. Por conseguinte, Bishkek demonstra “grande interesse em construir linhas de alta tensão suscetíveis de fazer chegar a eletricidade a todo o país, embora não disponha de capital financeiro para tal” (STURROCK, 2012). Por conseguinte, os quirguizes pediram aos Estados Unidos, há alguns anos, que realizassem um estudo, especificando “onde é que deveriam ser construídas linhas de alta tensão, e que características técnicas deveriam as mesmas possuir” (STURROCK, 2012). Os Estados Unidos aceitaram levar a cabo tal estudo, através de uma agência denominada *US Trading Development Agency*. No entanto, uma vez efetuada a investigação, que planeava a futura rede elétrica para o Quirguistão, os quirguizes decidiram procurar o apoio de investidores chineses, com vista a concretizar tal projeto. Recentemente, Pequim concordou em financiar e construir a linha de alta tensão Datka-Kemin, que constituirá “um passo importante para auxiliar os quirguizes a alcançar autonomia elétrica, em vez de terem de recorrer às redes elétricas dos países vizinhos” (STURROCK, 2012).

No âmbito do reforço da capacidade de transmissão elétrica, o Quirguistão tem-se mostrado bastante interessado num programa dos Estados Unidos, denominado CASA-1000 (EURASIANET, 2013; THE NATION, 2013). Trata-se de um projeto suscetível de canalizar o excedente de eletricidade produzida no Quirguistão e Tajiquistão, conduzindo-a através de linhas de alta tensão afegãs, até o Paquistão, para aí ser vendida (MURPHY, 2012). Segundo Fabio Indeo (2011: 6), “a concretização do projeto CASA-1000 poderá permitir a países dependentes do ponto de vista energético”, como é o caso do Quirguistão e do Tajiquistão, vir a “expandir as suas exportações de eletricidade para o Afeganistão e para a Ásia meridional”, por meio da “construção e reforço de centrais hidroelétricas”, conferindo-lhes, assim, uma “independência energética”. Por sua vez, “o Uzbequistão, o Cazaquistão e o Turquemenistão receiam que a construção de centrais hidroelétricas [na região] possa reduzir os fluxos de água e afetar negativamente a sua produção de algodão, a qual constitui uma das exportações mais importantes destes países” (INDEO, 2011: 6).

Todavia, especialistas como Roman Mogilevski (2012), duvidam que tal projeto seja viável, uma vez que “o Paquistão, principal comprador do Quirguistão é imprevisível, não paga...”. Por outro lado, segundo este especialista, “o Afeganistão ainda tem um longo caminho a percorrer até alcançar uma capacidade de transmissão estável e confiável” (MOGILEVSKI, 2012). Ainda voltando a Kenneth Sturrock (2012), o projeto CASA-1000, não é mais do que “uma das estratégias de integração, inicialmente esboçadas pelos Estados Unidos, face à Ásia Central”. Na prática, ele visa “ligar os países entre si, através do mercado energético” (STURROCK, 2012). Contudo, por muito apelativa que a ideia possa ser, a realidade é que “quer o Quirguistão, quer o Tajiquistão não produzem excedente de eletricidade”, nem mesmo no verão (STURROCK, 2012). Por outro lado, como lembra Joellyn Murphy (2012), “no inverno praticamente todos estes países operam em modo de emergência”. Acrescente-se, ainda, que “nem o Quirguistão, nem o Tajiquistão dispõem de uma rede elétrica doméstica, suscetível de conduzir a eletricidade até às respetivas fronteiras” (MURPHY, 2012). Por sua vez, “os Estados Unidos também não dispõem de uma rede elétrica capaz de atravessar o Afeganistão”, e, por fim, “os paquistaneses não possuem dinheiro suficiente para pagar a eletricidade proveniente do estrangeiro” (neste caso, da Ásia Central), opinião, aliás, partilhada acima por Roman Mogilevski (MURPHY, 2012).

No entendimento de K. Sturrock (2012), “o Quirguistão necessita muito de centrais alimentadas a carvão ou a gás natural, para aumentar sua capacidade de produção energética”, sendo que “o carvão se revela um recurso pertinente, uma vez que existe em abundância no país”. Todavia, “nenhum investidor externo financiaria a construção de uma central alimentada a carvão, por não ser um projeto ecológico” (STURROCK, 2012).

### *Os interesses do Tajiquistão*

O Governo tajique possui dois grandes objetivos. Em primeiro lugar, à semelhança da maioria das Repúblicas centro-asiáticas, “o Tajiquistão gostaria de aumentar a área de terra irrigada sobre o seu território, possivelmente através de captações de água a partir do rio Zeravshan” (GRANIT *et al*, 2010: 19). Contudo, os Estados *downstream* (essencialmente o Uzbequistão) estão mais preocupados com o segundo objetivo do Tajiquistão – “reforçar a sua capacidade hidroelétrica” (GRANIT *et al*, 2010: 19). A este respeito, é de referir que o “vice-Primeiro-Ministro uzbeque Akil Azimov reiterou a sua apreensão face aos planos

do Tadjiquistão em construir grandes projetos hidroelétricos no rio Amu Darya” (RYSKELDI SATKE, 2012: 3). O Tadjiquistão possui um extraordinário potencial em termos de produção de energia hidroelétrica - o país produz cerca de 16 GWh de eletricidade anualmente, por meio da utilização de centrais hidroelétricas (Muller, 2013) - sendo, porém, que até o presente, a exploração deste potencial é de “apenas 8%”, de modo que “existe um vastíssimo potencial que pode ser explorado” (MELIS, 2012). Christian Melis (2012) informa que existem centrais hidroelétricas em Nurek (cada uma com mais de 200 MW de capacidade), no mesmo rio onde está prevista a construção de Rogun, ou seja, o rio Vakhsh. Neste rio, existem, ainda, outras centrais com cerca de 30-50 MW de capacidade (MELIS, 2012).

De acordo com o World Bank (2011: 14), “a construção da central hidroelétrica de Rogun foi iniciada durante a era soviética, nos anos 80, embora tenha sido interrompida na década de 1990, devido ao colapso da União Soviética e à Guerra Civil tadjique”. Em 1993, uma inundação maciça destruiu a maior parte do que havia sido construído (ALLOUCHE, 2005). Atualmente, o Governo procura um parceiro externo estratégico para o projeto (THE JOURNAL OF TURKISH WEEKLY, 2003). No âmbito da tentativa de reavivar Rogun, por parte do Tadjiquistão, o Banco Mundial está encarregado da realização de duas avaliações, financiadas por ele: “uma técnica e econômica, e outra ambiental e social relativamente ao impacto da construção da barragem” (KEENE, 2013: 13). São vários os rumores sobre a viabilidade deste projeto: um de que este é exequível; outro de que o Banco Mundial sugere que em vez de uma única barragem, sejam criadas, em alternativa, “várias centrais hidroelétricas”, com “menores custos e num espaço de tempo mais curto”, mas, por ora, são “apenas rumores”, pois é necessário aguardar o resultado das avaliações (EDELSTEIN, CERNY e GADAEV, 2013: 73).

O Tadjiquistão e Uzbequistão manifestam duas posições radicalmente opostas face a Rogun: o primeiro a favor, o outro contra (EURASIANET, 2013). Com o objetivo de impedir a construção da central hidroelétrica gigante no país vizinho, “Tashkent tem utilizado todos os meios de pressão possíveis, incluindo: obstruir a exportação de eletricidade turquesa para o Tadjiquistão, através de território uzbeque; reduzir a entrega de gás natural ao Tadjiquistão; e aumentar o preço do mesmo; bloquear o trânsito de vagões de mercadorias para o país; e organizar protestos, nas áreas fronteiriças, contra a poluição ambiental causada pela TALCO (Tajik Aluminium Factory), uma das poucas empresas lucrativas no Tadjiquistão”

(MAKHMEDOV *et al* 2012: 7). A preocupação do Uzbequistão face à construção de Rogun consiste no facto de o Tajiquistão passar a dispor de total controle sobre os principais afluentes do rio Amu Darya, e, por outro lado, “o Uzbequistão mostra-se apreensivo relativamente à irrigação de milhões de hectares de terra afetos ao cultivo de algodão” (MAKHMEDOV *et al.*, 2012: 7).

A outra ‘carta’ que Tashkent tem vindo a “colocar em cima da mesa neste jogo – porque se trata de um jogo” – diz respeito ao risco associado à atividade sísmica na região (Techno-Economic Assessment Study For Rogun Hydroelectric Construction Project, 2012). Com efeito, o Uzbequistão alega que a construção da barragem numa área de intensa atividade sísmica, pode colocar a vida da população em risco (JALILOV, 2010). Além disso, os uzbeques estão apreensivos face a uma “possível escassez de água, durante os períodos iniciais, para encher o reservatório”, e, depois, a longo prazo, porque “Rogun foi projetado, como é sabido, para a produção de eletricidade” (MELIS, 2012).

Tashkent tem colocado vários obstáculos, ao nível do fornecimento de eletricidade aos Estados *upstream*, sendo o Tajiquistão, por exemplo, “alvo de uma escassez energética considerável (que afeta cerca de 70% da população)”, no inverno, devido ao “corte de eletricidade realizado pelo vizinho Uzbequistão” (MELIS, 2012). Fields *et al* (2012: 1) estimam que esta provoque “perdas económicas de mais de 200 milhões de dólares por ano” ao Tajiquistão, sendo que “a população tajique, é, por outro lado, vítima de poluição do ar a nível doméstico, resultante da queima de madeira e carvão nas residências”. Neste sentido, “o Presidente Emomali Rahmon, deposita em Rogun as esperanças relativas ao futuro do seu país”, acreditando que “o projeto será a chave para resolver os problemas energéticos” do Tajiquistão, e, inclusive, para que este se venha a converter num importante “exportador de eletricidade” (EURASIANET, 2013).

Por ora (à data da escrita do presente artigo), os potenciais investidores aguardam o resultado final da avaliação que o Banco Mundial está a realizar no que concerne à viabilidade do projeto (DIPLOMATIC COURIER, 2013). Estima-se que os relatórios finais sejam publicados ainda em 2013, “embora os documentos preliminares estejam disponíveis no *website* do Banco Mundial” (KEENE, 2013: 13). Embora estes não forneçam avaliações de viabilidade, eles proporcionam a análise mais detalhada, até o presente, sobre os

obstáculos técnicos com que o projeto se depara (BANCO MUNDIAL, 2013). Mas se, a nível oficial, os trabalhos de construção de Rogun foram “suspensos pelo Governo tajique”, uma vez que o acordo com o Banco Mundial determina que até à publicação da avaliação final, o país tem de interromper a construção de Rogun, o Uzbequistão argumenta que o Tajiquistão prossegue, de forma secreta, a construção da barragem, com o intuito de alcançar um ‘ponto de não retorno’ (KOSOLAPOVA, 2012: 1). No entanto, podem apenas ser rumores, como adverte Christian Melis (2012).

Na era soviética, Moscovo havia prometido “200 milhões de dólares para a construção de Rogun”, dinheiro esse que não viria, depois, a ser canalizado para tal fim, em consequência do colapso da União (MELIS, 2012). Até ao presente, não tem havido um interesse (significativo) por parte de potenciais investidores, na central hidroelétrica de Rogun, pelo que o projeto se depara com “uma profunda necessidade de financiamento”, de modo que “o Governo tem vindo a incitar a população a contribuir, na medida das suas possibilidades, para a conclusão dos trabalhos”, e para “ajudar a ultrapassar a grave escassez de eletricidade” (BOBOEV, 2010: 2). Neste sentido, o Governo tajique tem solicitado à população local que compre “algumas ações de Rogun”, e, ao mesmo tempo, equacionado a possibilidade de canalizar uma vasta quantia do orçamento total do Estado para a construção de Rogun (REPORT OF THE WORKING PARTY ON THE ACCESSION OF THE REPUBLIC OF TAJIKISTAN, 2012: 8).

Se Rogun vier a ser construída, o Tajiquistão poderá ter de enfrentar diversos obstáculos à venda da eletricidade que vier a produzir, uma vez que a atual rede de energia elétrica, na região, está centrada no Uzbequistão, o qual, como referido, se opõe ao projeto (ESTRADA e ERITJA, 2012). Com efeito, “grande parte da região noroeste do Tajiquistão depende, atualmente, da eletricidade proveniente do Uzbequistão, devido à forma como a rede elétrica está configurada” (STEVENSON, 2011: 12). No início da década de 2000, o comércio de eletricidade tornou-se ainda mais desvantajoso para o Tajiquistão, o qual importou 64979.339 GWh, tendo exportado 113163.057 GWh. Mas com a conclusão da barragem de Rogun, os líderes tajiques estão confiantes de que serão capazes não só de satisfazer a totalidade das suas necessidades de eletricidade, como também de exportar eletricidade para os seus vizinhos, como é o caso da China, Afeganistão, Paquistão, Irão e, talvez, até a Índia (BBC NEWS, 2010).

### *Os interesses do Uzbequistão*

O Uzbequistão tem constantemente reiterado a sua oposição face à construção da barragem Rogun, por considerar que tal é suscetível de proporcionar ao Tajiquistão o controle do fluxo de água para as províncias uzbeques de Surxondaryo (Surkhandarya) e Qashqadaryo (Kashkadarya) (EURODIALOGUE, 2012; TOLIPOV, 2012). No que diz respeito a Rogun, a principal questão em jogo, é que, de um ponto de vista estratégico, os uzbeques não toleram a ideia de os tajiques poderem vir a possuir uma capacidade de reserva de água suficiente, que lhes permita satisfazer as suas próprias necessidades, e, inclusive, reter a água destinada ao suprimento das necessidades de terceiros (MURPHY, 2012). Tal poderia “mudar o ‘jogo’”, ou seja, “o facto de os tajiques serem capazes de armazenar grandes quantidades de água, aumenta a sua margem de manobra e/ou influência relativamente a Karimov” (MURPHY, 2012). Por conseguinte, o Presidente uzbeque “chegou mesmo a ameaçar recorrer à força militar” para impedir a construção de Rogun (EurasiaNet, 2013: 4). Para Joellyn Murphy (2012), bem como para Chinara Esengul (2012), este é o cenário mais provável.

Ao nível da literatura, a tese das guerras pela água tem vindo a ganhar uma atenção crescente por parte de vários especialistas. Westing (1986), por exemplo, sugere que a competição pelos recursos hídricos é suscetível de conduzir a graves tensões políticas e, inclusive, à guerra. Trolldalen (1992), por sua vez, considera que a competição pela quantidade e qualidade dos recursos hídricos coletivos, ao nível local, dá origem, frequentemente, a conflitos internacionais. Especialistas de estratégia, como George William Sherk (1999), consideram, inclusive, que as guerras por causa da água são inevitáveis. Este tipo de literatura sublinha, por outro lado, que estes conflitos irão, certamente, intensificar-se num futuro próximo. Samson e Charrier (1997) sugerem que se avizinha um aumento de conflitos por causa de recursos hídricos, que são cada vez mais escassos. Renan (1995) serve-se de estudos de caso do Médio Oriente, Ásia do Sul, e América do Sul, como ‘exemplos bem conhecidos’ de regiões que experienciaram o conflito armado, em consequência de disputas hídricas. Butts (1997: 72) sugere que “a história está repleta de casos de conflitos violentos por causa da água”; e Homer-Dixon (1994: 19), citando as disputas sobre o Jordão e outras, chega à conclusão que “o bem renovável com

mais probabilidade de desencadear um conflito interestatal em matéria de recursos é a água fluvial”.

Descendo do nível mais geral e, quiçá, abstrato da literatura acima mencionada, que advoga a possibilidade de conflito em torno da água, para o caso mais específico da Ásia Central, o especialista em assuntos hídricos e energéticos da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), Christian Melis (2012), tende a relativizar tal hipótese, considerando “pouco plausível a ideia de um conflito sobre os recursos hídricos na região”. A OSCE tem monitorizado o nível de tensão, dispondo de algumas unidades para a prevenção de conflitos no terreno (MELIS, 2012). Embora admita que a tensão em torno dos recursos hídricos tenha vindo a aumentar, na prática, esta permanece, fundamentalmente, “uma disputa verbal” (MELIS, 2012). Até o presente, o risco de uma guerra é tomado em consideração, embora não seja particularmente elevado, segundo Christian Melis. Contudo, tal não impede que, no futuro, de acordo com este especialista, as questões da água e da gestão dos recursos naturais tendam a representar “uma potencial causa de guerra” (MELIS, 2012). Mas, por ora, como também sublinha Roman Mogilevski (2012): “as pessoas não encaram, com seriedade, a ameaça de utilização da força por parte do Presidente Karimov”.

Karimov tem reiterado a ideia de que “a água não é um produto ou mercadoria”, e que “a alocação de água deve basear-se nas necessidades agrícolas e nos níveis populacionais” (GLOBAL SECURITY, 2013: 12). Segundo Renaud François (2009: 5), “a comercialização (da água) poderia abrir um precedente na Ásia Central, correndo o risco de entrar em profunda colisão com as crenças das populações muçulmanas da região”. Na verdade, “o Islão possui uma posição bem definida” acerca deste assunto: “a água é propriedade de Deus (Allah para os muçulmanos), que em sua grande indulgência, a dá como presente aos fiéis” (FRANÇOIS, 2009: 5). Parece, portanto, “difícil combinar os valores do liberalismo econômico, que rege as trocas comerciais entre as Repúblicas centro-asiáticas, com as práticas tradicionais e religiosas” (FRANÇOIS, 2009: 5).

No que à questão da eletricidade diz respeito, Joellyn Murphy (2012) refere que “o Uzbequistão está a vender eletricidade ao Afeganistão, a qual, na verdade, os uzbeques não produzem, mas que provém da Rússia”. Se o Uzbequistão começar a exportar grandes quantidades de eletricidade de que, efetivamente, não dispõe, “porque não construiu centrais

nucleares suficientes, nos últimos anos”, então “isso tenderá a afetar o fornecimento de eletricidade aos consumidores domésticos [ao seu próprio povo], porque o Governo quererá sempre vender eletricidade a clientes que paguem com moedas fortes, em vez de aos seus consumidores domésticos, que estão a receber eletricidade a preços subsidiados” (MURPHY, 2012).

O principal objetivo do Uzbequistão face à gestão da água consiste em manter o estatuto de que beneficiava na era soviética, na qual era “premiado [por Moscovo] com alocações de água crescentes” (ALLOUCHE, 2005: 51). Tendo o país alcançado “um nível de estabilidade em termos de segurança alimentar”, a sua prioridade está, agora, focalizada na expansão das áreas irrigadas, com o objetivo de produzir um excedente alimentar suscetível de ser exportado para países vizinhos (United Nations Development Programme, 2010: 7). Para um especialista local (que solicitou o anonimato), “existem, inegavelmente, muitas tensões em torno do Uzbequistão, mas este é incontornável” (ESPECIALISTA II, 2012). A eletricidade quirguize transita primeiro pelo Uzbequistão para chegar a Bishkek. O único comboio dos tajiques para aceder ao exterior tem de passar pelo Uzbequistão (ESPECIALISTA II, 2012). Geograficamente, “o Uzbequistão ocupa uma posição central na região”, sendo que “qualquer fator de perturbação no país e/ou na sua política externa acaba por ter impacto na região inteira” (ESPECIALISTA II, 2012). Por ora, o Uzbequistão é “incômodo para todas as Repúblicas centro-asiáticas”, uma vez que manifesta “uma posição única e independente seja em que matéria for” (SAIFUTDINOV, 2012). O Tajiquistão tem sido bastante prejudicado pela não cooperação uzbeque, já que “o país depende, em grande parte, dos seus vizinhos, e, em especial, das vias rodo e ferroviárias uzbeques, em termos de infraestrutura de transporte terrestre” (MEDREA, 2012: 3). Por outro lado, o Tajiquistão também depende do Uzbequistão no que respeita ao fornecimento de gás natural, e ao trânsito de mercadorias (MIRSAIDOV, 2013).

### Notas finais

No que à questão da água diz respeito, a cooperação tem sido dificultada pela perceção que os Estados regionais têm dos recursos hídricos enquanto jogo de soma nula, no qual o ganho de uns é alcançado à custa da perda de outros. Embora a região seja dotada de um vasto potencial hídrico, são as diferentes perceções dos líderes regionais acerca da água (uns

vendo-a como um bem coletivo, outros como uma mercadoria que deve ser paga) que constituem o fator essencial de divergência. Daí a polémica em torno de Rogun, que espelha bem as tensões e percepções entre Estados *downstream* e *upstream*, relativamente ao paradigma da gestão hídrica. Se o projeto avançar, as fricções tenderão, inevitavelmente, a aumentar não sendo, porém, totalmente seguro que estas desencadeiem um conflito militar. Com efeito, a gestão dos recursos hídricos, na Ásia Central, mas também no Médio Oriente, vem, de certo modo, lembrar que a importância do petróleo e do gás natural pode ser relativa (pelo menos para uma parte da humanidade), quando em causa está o acesso a um outro recurso básico (cuja visibilidade midiática nem sempre é a maior, note-se), como é a água.

Fruto de uma interdependência das estruturas e dos atores regionais, a questão da água, na Ásia Central, influencia diretamente o destino de outra: a eletricidade. De tudo isto resulta que o *Novo Grande Jogo* centro-asiático não diz unicamente respeito ao acesso ao petróleo e ao gás natural, por parte das potências externas à região. Na verdade, se os próprios Estados regionais são, simultaneamente, anfitriões e poderes *funcionais* - a respeito do petróleo e do gás natural - eles são, também, jogadores no grande desafio do controle dos recursos hídricos e da produção de eletricidade.

### Referências Bibliográficas

ALLOUCHE, Jeremy. (2005), “Water Nationalism – An Explanation of the Past and present Conflicts in Central Asia, The Middle East and the Indian Subcontinent.” Thèse présentée à l’Université de Genève pour l’obtention du grade de Docteur en Relations internationales, n.º 699.

ATANIYAZOVA, Oral. (2003), “Health and Ecological Consequences of the Aral Sea Crisis, The Karakalpak Center for Reproductive Health and Environment, Uzbekistan.” Prepared for the 3rd World Water Forum Regional Cooperation in Shared Water Resources in Central Asia, 2003.

BADALYAN, Lusine. (2012), “The Geopolitics of Pipeline Diplomacy”. Disponível em: <[www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Articles/SpecialFeature/Detail/?Ing=en&id=153580&tabid=1453347044&contextid774=153580&contextid775=153575](http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Articles/SpecialFeature/Detail/?Ing=en&id=153580&tabid=1453347044&contextid774=153580&contextid775=153575)>. Acesso em 10 out. 2013.

BADALYAN, Lusine. (2012), Center for Security Studies, October 10. Disponível em: [www.isn.ethz.ch/isn/DigitalLibrary/Articles/SpecialFeature/Detail/?lng=en&id=153580&tabid=1453347044&contextid774=153580&contextid775=153575](http://www.isn.ethz.ch/isn/DigitalLibrary/Articles/SpecialFeature/Detail/?lng=en&id=153580&tabid=1453347044&contextid774=153580&contextid775=153575). Acesso em 11 out. 2013.

BANCO MUNDIAL (2013). Disponível em: [www.worldbank.org.kz/en/country/kazakhstan/overview](http://www.worldbank.org.kz/en/country/kazakhstan/overview). Acesso em 15 out. 2013.

BBC NEWS (2010) “Is Chittagong one of China's 'string of pearls'?”. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/8687917.stm>. Acesso em 17 out. 2013.

BOBOEV, Jahongir. (2010), “Tajiks feel pinch in funding dam”. Disponível em: [www.atimes.com/atimes/Central\\_Asia/LA06Ag01.html](http://www.atimes.com/atimes/Central_Asia/LA06Ag01.html). Acesso em 18 out. 2013.

BUZAN, Barry. (1998), *Security: a new framework for analysis*. London: Lynne Rienner Publishers.

CHAIT, Elisa. (2013), “Water Politics of Syr Darya Basin, Central Asia: Question of State Interests” Disponível em: [www.envsec.org/centasia/proj/ferghana/reports/Chait.pdf](http://www.envsec.org/centasia/proj/ferghana/reports/Chait.pdf). Acesso em 11 out. 2013.

D’ALMEIDA, Massan. (2004), “Is Water a Public Good or a Commodity? Thoughts on water privatization and related issues for poor populations”. Disponível em: [www.globalizacija.com/doc\\_en/e0040pri.htm](http://www.globalizacija.com/doc_en/e0040pri.htm). Acesso em 29 out. 2013.

DIPLOMATIC COURIER. (2013,. Disponível em: [oilprice.com/Alternative-Energy/Hydroelectric/Rogun-Dam-to-Restart-Construction-Pending-World-Bank-Review.html](http://oilprice.com/Alternative-Energy/Hydroelectric/Rogun-Dam-to-Restart-Construction-Pending-World-Bank-Review.html). Acesso em 30 out. 2013.

EGOROV, Oleg. (2011). Entrevista Pessoal. Almaty.

ESENGUL, Chinara. (2012) Entrevista Pessoal. Bishkek.

EURASIANET. (2007), “Urumqi: China's Economic Hub in Central Asia”. Disponível em: [www.eurasianet.org/departments/insight/articles/eav071307.shtml](http://www.eurasianet.org/departments/insight/articles/eav071307.shtml). Acesso em 5 out. 2013.

EURODIALOGUE. (2012), Disponível em: [eurodialogue.org/Rogun-damage-to-Uzbekistan-estimated-at-600-million%E2%80%9494US-experts](http://eurodialogue.org/Rogun-damage-to-Uzbekistan-estimated-at-600-million%E2%80%9494US-experts). Acesso em 17 set. 2013.

*RICRI Vol. 1, No. 2, pp. 76-101*

EUROPEAN PARLIAMENT. (2013), Disponível em: <[www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+WQ+E-2013-003620+0+DOC+XML+V0//EN](http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+WQ+E-2013-003620+0+DOC+XML+V0//EN)>. Acesso em 22 out. 2013.

GLOBAL SECURITY. (2013), Disponível em: <[www.globalsecurity.org/military/world/centralasia/tajik-energy.htm](http://www.globalsecurity.org/military/world/centralasia/tajik-energy.htm)>. Acesso em 30 out. 2013.

GLOBAL WATER FORUM. (2010), “Water: A free public good or a market commodity?” Disponível em: <[www.globalwaterforum.org/2010/09/20/water-a-free-public-good-or-a-market-commodity/](http://www.globalwaterforum.org/2010/09/20/water-a-free-public-good-or-a-market-commodity/)>. Acesso em 10 nov. 2013.

GRANIT, Jakob *et al.* (2010), *Regional Water Intelligence Report Central Asia*, Stockolm: SIWI.

GULETTE, David. (2012), Entrevista pessoal. Bishkek.

HODGSON, Stephen. (2010), “Strategic Water Resources in Central Asia: in search of a new international legal order”, EUCAM, EU-Central Asia Monitoring, No. 14.

INDEO, Fabio. (2011), “The Concept of a Greater Central Asia: Perspectives of a Regional Approach”, CASI Working Paper, Presented at the First Annual CASI Conference in October, University of Camerino.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. (2002), “Executive Summary and Recommendations”. Disponível em: <[www.crisisgroup.org/en/regions/asia/central-asia/034-central-asia-water-and-conflict.aspx](http://www.crisisgroup.org/en/regions/asia/central-asia/034-central-asia-water-and-conflict.aspx)>. Acesso em 9 set. 2013.

JALILOV, Shokhrukh-Mirzo. (2010), “Impact of Rogun Dam on Downstream Uzbekistan Agriculture”. Thesis Submitted to the Graduate Faculty of the North Dakota State University of Agriculture and Applied Science, Master of Science, North Dakota.

KARAEV, Zainiddin. (2003), “Water Diplomacy in Central Asia”, Middle East Review of International Affairs, vol. 9, No. 1.

KASYM, Elmurad (2012). “Russia’s Putin eyeing military dominance in Central Asia amid water quarrels”. Disponível em: <[registan.net/2012/10/09/russias-putin-eyeing-military-dominance-amid-water-quarrels-in-central-asia/](http://registan.net/2012/10/09/russias-putin-eyeing-military-dominance-amid-water-quarrels-in-central-asia/)>. Acesso em 3 out. 2013.

KEENE, Eli (2013), “Solving Tajikistan’s Energy Crisis” Disponível em: <[carnegieendowment.org/2013/03/25/solving-tajikistan-s-energy-crisis/fta8](http://carnegieendowment.org/2013/03/25/solving-tajikistan-s-energy-crisis/fta8)>. Acesso em 12 nov. 2013.

KLOTZLI, Stephan. (1997), “The Water and Soil Crisis in Central Asia: a Source for Future Conflicts?” Environment and Conflict Project (ENCOP). Occasional Paper 11, Zurich/Bern, ETH Zurich & Swiss Peace Foundation.

KOSOLAPOVA, Trend. (2012), “Tajikistan suspends works on Rogun HHP”. Disponível em: <[en.trend.az/regions/casia/tajikistan/2053175.html](http://en.trend.az/regions/casia/tajikistan/2053175.html)>. Acesso em 19 out. 2013.

LINN, Johannes (2007), “Central Asia – National Interests and Regional Prospects”. China and Eurasia Forum Quarterly, 5, n.3, 2007.

MAKHMEDOV, Yusuff *et al.* (2012), “Water and energy disputes between Tajikistan and Uzbekistan, and their negative influence on regional co-operation.” Norwegian Institute of International Affairs.

MEDREA, Sergeia. (2012), “New Round of Tension in Uzbek=Tajik Relations”. Disponível em: <[www.cacianalyst.org/?q=node/5705](http://www.cacianalyst.org/?q=node/5705)>. Acesso em 26 out. 2013.

MELLIS, Christian. (2012), Entrevista pessoal. Dushanbe.

MICKLIN, Philipp. (2007), “The Aral Sea Disaster”. Annual Review of Earth and Planetary Sciences, No. 35, pp. 47–72.

MOGILEVSKI, Roman. (2012), Entrevista Pessoal. Bishkek.

MURPHY, Joellyn. (2012), Entrevista pessoal. Almaty.

NIXEY, James. (2012), “The Long Goodbye: Waning Russian Influence in the South Caucasus and Central Asia”. Briefing paper, Chatham House.

PEYROUSE, Sébastien. (2009), “Central Asia’s Growing Partnership with China.” EUCAM Working Paper, n. 4, EU-Central Asia Monitoring, CEPS and FRIDE, Brussels and Madrid, October.

RFE/Radio Liberty. (2009). “Uzbekistan Withdrawing From Regional Power Grid”. Disponível em: <[www.rferl.org/content/Uzbekistan\\_Withdrawing\\_From\\_Regional\\_Power\\_Grid/1892220.html](http://www.rferl.org/content/Uzbekistan_Withdrawing_From_Regional_Power_Grid/1892220.html)>. Acesso em 3 nov. 2013.

RYSKELDI Satke (2012), Disponível em: <[postsovietpost.stanford.edu/media-review/central-asia-9](http://postsovietpost.stanford.edu/media-review/central-asia-9)>. Acesso em 10 nov. 2013.

SAIFUTDINOV, Almaz. (2012), Entrevista Pessoal. Dushanbe.

SANDFORD, Brian. (2012), “Will the Next Wars Be Fought Over Water?”, In *The Global Water Crisis: Addressing an Urgent Security Issue*. Papers for the InterAction Council 2011-2012. Editado por BIGAS, H. Hamilton, Canada: UNU-INWEH.

SIEVERS, Erik. (2002) “Water, Conflict and Regional Security in Central Asia”. New York: University Environmental Law Journal.

SPECHLER, Martin. (2009), “Why Does China Have No Business in Central Asia?”, *China and Eurasia Forum Quarterly*, vol. 7, n. 2, pp. 3-15.

STEVENSON, Struan. (2011). “Struan Stevenson: Hydro-power stations do not consume water”. Disponível em: <[news.tj/en/news/struan-stevenson-hydro-power-stations-do-not-consume-water](http://news.tj/en/news/struan-stevenson-hydro-power-stations-do-not-consume-water)>. Acesso em 13 out. 2013.

STURROCK, Kenneth. (2012), Entrevista pessoal. Bishkek.

SULTANOV, Asker. (2012), “Central Asia Online”. Disponível em: <[centralasiaonline.com/en\\_GB/articles/caii/features/business/2012/09/07/feature-01](http://centralasiaonline.com/en_GB/articles/caii/features/business/2012/09/07/feature-01)>. Acesso em 1 out. 2013.

THE JOURNAL OF TURKISH WEEKLY. (2013), “Russia and Central Asia: Do all Central Asian roads still lead to Russia?”. Disponível em: <[www.turkishweekly.net/news/149055/russia-and-central-asia-do-all-central-asian-roads-still-lead-to-russia.html](http://www.turkishweekly.net/news/149055/russia-and-central-asia-do-all-central-asian-roads-still-lead-to-russia.html)>. Acesso em 15 out. 2013.

THE JOURNAL OF TURKISH WEEKLY. (2013), “Turkey grows faster than Eurozone's major economies.” Disponível em: <[www.turkishweekly.net/news/148508/turkey-grows-faster-than-eurozone-39-s-major-economies.html](http://www.turkishweekly.net/news/148508/turkey-grows-faster-than-eurozone-39-s-major-economies.html)>. Acesso em 17 set. 2013.

TOLIPOV, Farkhod. (2012), “Putin Backs Dams in Central Asia: Russia’s Divide-and-Rule Strategy Restored?”. Disponível em: <[www.cacianalyst.org/?q=node/5859](http://www.cacianalyst.org/?q=node/5859)>. Acesso em 7 out. 2013.

Touscoz, J. (1981), “Introduction. In J. Touscoz (ed.): Les contrats internationaux de cooperation industrielle et le nouvel ordre economique international”. Paris: Presses universitaires de France.

VOTRIN, Valery. (2003), “Transboundary Water Disputes in Central Asia: Using Indicators of Water Conflict in Identifying Water Conflict Potential”. Disponível em: <[www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst\\_docs/related\\_research/votrin/votrin\\_thesis.html](http://www.transboundarywaters.orst.edu/publications/abst_docs/related_research/votrin/votrin_thesis.html)>. Acesso em 19 out. 2013.

WEINTHAL Erika (2006) “Human Development Report - Water Conflict and Cooperation in Central Asia”. Human Development Report, Office Occasional Paper.

WINES, Michael. (2002). “Grand Soviet Scheme for Sharing Water in Central Asia is Foundering”. The New York Times, December 9.

ZULKHARNEEV, Albert. (2012), “Water, water everywhere”. Disponível em: <[russiancouncil.ru/en/inner/?id\\_4=490](http://russiancouncil.ru/en/inner/?id_4=490)>. Acesso em 17 set. 2013